

IDEOLOGIA PEDAGÓGICA

José Dias Sobrinho

Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

Este não é um texto acabado. Não me será possível desenvolver, aqui, análises aprofundadas e concretas sobre os temas e situações de que pretendo tratar. É minha preocupação mais forte levantar temas, problemas e hipóteses, ainda em nível superficial e provisório, que possam alimentar discussões e servir de arcabouço teórico para posteriores análises concretas.

1 — Ideologia Pedagógica.

Estou considerando o termo ideologia, neste trabalho, não como um sistema de idéias que se basta, mas como todo discurso ou prática que, sempre referidos a uma realidade determinada, mistifica esta mesma realidade, camuflando-a, com a finalidade principal de mascarar o fato da divisão e da luta de classes e de justificar e legitimar as desigualdades sociais.

O ideológico de um sistema de idéias está em sua separação da realidade, está na negação de sua referência a uma realidade. Em outras palavras, na autonomia conferida às idéias. Daí seu caráter de "ilusão", não necessariamente de "erro".¹ Isto me parece muito importante. Não é propriamente errônea, nem deixa de ser um valor positivo, a idéia de liberdade, da igualdade em direitos, de que a educação é direito de todos etc. Tais idéias, entretanto, trazem uma forte carga de ilusão, porque estão separadas da realidade e produzem um efeito de desqualificação das desigualdades sociais. Por isso, são ideológicas e, como tais, negam-se a si mesmas como ideológicas.

Com efeito, é mecanismo da ideologia apresentar-se como verdade universal e sempre válida, independente das situações históricas, das condições de classe em que foi produzida, enfim, da realidade de a que de fato está referida, mas que ela (ideologia) escamoteia, metamorfoseando tal realidade em representação ilusória. Assim, as ideologias pedagógicas dissimulam o caráter classista de um sistema educacional próprio de uma formação social organizada em classes diferentes e mesmo antagônicas.

Quero alertar também que uma ideologia pedagógica não é um domínio à parte; ela é um aspecto do sistema ideológico (moral, estético, político, religioso, econômico...) Não se trata de isolá-la, nem de privilegiar sua importância nesse sistema. Uma análise mais acabada deveria, antes, mostrar as conexões existentes entre esses diversos aspectos e o

modo como e em que grau uma ideologia pedagógica incorpora discursos ou práticas desses diversos domínios interligados. Em particular, é importante perceber os mecanismos de desqualificação da dimensão política da educação operados pela ideologia pedagógica.

2 — Ideologia da desqualificação política.

Uma das principais funções da ideologia (dominante) é a de universalizar e justificar os valores da classe dominante. Como a realidade é dialética, a ideologia trata de mascarar os conflitos e recuperar tudo aquilo que se possa constituir como contradições e ameaças, dentro e fora da classe dominante. Essas ameaças podem ser, por exemplo, provenientes da ciência: descobertas científicas que possam pôr em causa os "valores universais e eternos" do sistema de idéias dominantes. Veja-se, por exemplo, o confronto de Galileu com a Inquisição, ou a teoria darwiniana de evolução. Podem ser também os interesses, idéias e práticas mais ou menos organizadas de outras classes, especialmente do proletariado. Com características específicas, nas diversas manifestações culturais, nas artes, no domínio das comunicações em massa, nos hábitos, atitudes e práticas do cotidiano que, embora proliferando na atmosfera da ideologia dominante, podem também pôr em causa essa pretensa e aparente coesão universal. A luta de classes ocorre a todo momento e em toda parte, nas grandes e pequenas manifestações.

A ideologia dominante tem necessidade, pois, não só de assegurar ao menos aparentemente a coesão no interior da própria classe dominante como também de fazer passar o seu modelo às outras classes (fundamentalmente, o proletariado) como a verdade e não uma verdade de classe. Por isso, tenta esconder as lacunas (tudo o que ameaça romper a pretensa homogeneidade), oferecendo respostas que anulem os problemas incômodos.

Neste sentido é que opera a concepção de ciência como neutra, aparentemente acima de interesses de classes. O saber, produzido por aqueles que o dominam e têm os meios materiais para tanto, apresenta-se como se fosse impessoal, quando na realidade seu produtor está mergulhado numa condição de classe, numa situação histórica. Essas condições (históricas, de classe) determinam não só a produção mas também as formas de consumo. Um objeto de conhecimento traz consigo as normas e o modelo de sua produção e de seu consumo, como lembra Marx.

Nessas condições, o saber é autoritário e torna autoridade quem o produz, o detém e o transmite. Por isso, a prática pedagógica é, em grande parte, uma situação de conflitos. Já pelos papéis das pessoas nela envolvidas, já pelo diverso pertencimento a classes sociais diferentes e mesmo antagônicas.

É preciso aqui lembrar que mesmo escolas de bairros pobres seguem orientações gerais e são levadas a assimilar normas e modelos

sociais de comportamento consagrados pela classe dominante. Por exemplo, existe uma norma lingüística, unificada, que, para além de uma aparente transparência (expressão neutra desideologizada) é um utensílio historicamente concebido pela classe dominante e posto a seu serviço. As dificuldades de acesso à língua padrão não são as únicas que enfrentam os socialmente menos favorecidos para chegarem ao domínio e ao consumo do saber oficializado. Mas, não são dificuldades menores. São deficiências materiais inseridas na infra-estrutura. Penso, aqui, no que diz Marx: detêm o poder espiritual aqueles que possuem os meios materiais; a língua faz parte da infra-estrutura.

O que disse do saber oficializado vale para outras práticas que, operadas nas escolas, transbordam na sociedade global sob a forma de representações em que a educação é vista desvinculada do político. Tudo se passa como se a educação nada tivesse a ver com classes sociais e seus interesses, muitas vezes antagônicos. Como se a educação só fosse a oportunidade, a todos igualmente oferecida, de desenvolvimento individual, quando, na realidade, ela faz por diferentes meios a inculcação ideológica de ideais e práticas concebidos pela classe dominante e que devem ordenar a sociedade como um todo.

3 — Ideologia do desenvolvimento individual.

É bastante propalada a idéia de que a escola assuma cada vez mais o papel de promoção e liberação dos homens. Contra a ignorância e as falsas idéias, pelo desenvolvimento da personalidade, das capacidades humanas, articulando, assim, o progresso individual com o progresso técnico-científico e o aprimoramento das instituições.

A classe dominante tem necessidade de sustentar o princípio da igualdade de direitos, que baseia o princípio da livre empresa, por sua vez solidário da representação do livre contrato entre agentes do capital e agentes do trabalho. Mas, ao mesmo tempo, tem que justificar a desigualdade de fato na divisão social do trabalho e silenciar a idéia de luta de classes. Ou seja: os homens são iguais, mas devem ter funções sociais desiguais. E cabe à ideologia fazer com que essa "ordem" seja aceita como uma situação normal por toda a sociedade.

Para ser eficaz, ela atualiza suas formas de atuar, em função da evolução das realidades sociais. Ora, a ideologia pedagógica, em grande parte encarregada de criar o consenso em torno da legitimidade das desigualdades sociais, renova seu discurso.

Seria interessante — não o farei aqui — elaborar um estudo que mostrasse os diversos momentos e as várias faces da modernização ideológica. De uma escola francamente elitista e segregacionista para uma escola que não o deixa de ser, mas que se proclama democraticamente, pois acolhe, mais do que antes, os filhos de trabalhadores. Transformam-se

as estruturas do sistema escolar. A escola deve dar instrução para todos, ou ao menos a ilusão de que o faz, mas deve continuar segregacionista, sem parecer que o é. A igualdade de todos diante da escola deve ser assegurada, ao mesmo tempo que preservadas as desigualdades de funções sociais. Cada qual ocupe seu lugar na sociedade, segundo suas capacidades naturais, seus méritos, seu esforço individual, conforme o grau atingido na escala escolar.

Para esta ideologia, a elite social se reserva à elite cultural, a que pode ter acesso todo aquele que, para tanto, tenha dons naturais e, perseverante, possa acumular méritos escolares. Sociedade justa, escola igualitária, que permite uma evolução contínua aos bem-dotados e esforçados. Assim se instaura uma política do sucesso e do fracasso, como situação normal a hierarquização social, legitimando o modelo dotados/não dotados.

E como a realidade social vem-se tornando mais complexa e com mais diversificadas exigências econômicas, desse modelo mais simples a ideologia pedagógica evolui para um discurso mais moderno e refinado: a ênfase passa a ser sobre a diversidade das aptidões.

4 — Ideologia da diversidade das aptidões.

Esta ideologia está articulada com a ideologia do desenvolvimento individual e com o liberalismo econômico. Da ideologia dos dons, um dado natural, brota a ideologia das diferenças de aptidões como determinismo biológico. Também aqui o social é afastado. O mecanismo ideológico é sutil. Não mais se trata de afirmar a superioridade de um indivíduo relativamente a outro em função dos dons naturalmente recebidos, mas, trata-se agora de afirmar a idéia das diferenças individuais, mascarando-se o risco de hierarquização e seleção de indivíduos. Todos os indivíduos são iguais em dignidade, mas são diferentes nas aptidões. Por isso, ocuparão lugares diferentes na sociedade, de acordo com suas aptidões e, o que não é confessado, com as necessidades econômicas calcadas no princípio da livre imprensa.

Com base na diversidade das aptidões prolifera o discurso de dupla referência: do desabrochamento das potencialidades, do desenvolvimento da personalidade, do respeito à natureza individual e, ao mesmo tempo, da realização profissional. Portanto, progresso individual em correspondência com o progresso das estruturas sociais. E cabe à educação, a seu modo, efetuar o ajuste entre o desenvolvimento individual e o progresso da sociedade.

A ideologia efetua aqui um sutil deslocamento. Não haveria propriamente desigualdade social e, então, luta de classes; há diversidade. Este novo conceito desqualifica as contradições inter e intra-classes e nega a oposição entre capitalista e trabalhador. Cada qual ocupa o lugar que lhe

é próprio na divisão social do trabalho sem conflitos e complementarmente: os de mais elevadas e mais desenvolvidas potencialidades dirigem os outros. E porque isso é normal (desígnio de Deus, talvez) e justo, já que as chances existem para todos, fica assim consagrado o modelo social.

Há uma significação política dissimulada no uso do termo aptidão. Um determinismo genético seria a razão da diversidade das funções sociais.

Por aí também se legitima a divisão entre trabalho individual e trabalho manual. Uns seriam naturalmente dotados de aptidões favoráveis à aprendizagem de conhecimentos abstratos: a eles se destinam os postos de intelectuais e dirigentes. Aos outros, os trabalhos concretos, de manipulação de objetos materiais. E nem haveria, segundo a lógica do sistema, por que se sentirem diminuídos ou oprimidos, pois, ocupando os lugares correspondentes às suas aptidões, estão nos lugares certos para que se desenvolvam individualmente e façam a parte que lhes compete no desenvolvimento global da sociedade.

As diferenças sociais são metamorfoseadas em puras diferenças individuais. Porém, mais do que desqualificar a maioria para o trabalho intelectual, trata-se de afirmar sua qualificação para a manipulação de objetos. O critério de seleção é principalmente positivo, mesmo porque é preciso respeitar a natureza individual e desenvolver as potencialidades, o que geraria o bem-estar individual e engendraria o progresso técnico a ser partilhado com todos.

Não se suspeitaria, nessa sociedade harmoniosa e progressista, que o capital é que está a exigir uma massa trabalhadora que não só aceite sem questionamento seu lugar na divisão social do trabalho, mas também esteja adaptada às atuais necessidades do patronato.

Entretanto, melhor qualificação para o trabalho num sistema onde boa parte dos empregos não exigem muita qualificação técnica. Falso paradoxo: na lógica dissimulada do sistema, mais que formação profissional, importa a formação ideológica. Que o trabalhador se sinta feliz pelas oportunidades de adquirir alguns conhecimentos técnicos, diplomas que valem o reconhecimento social, por se capacitar para a execução de determinadas práticas, ainda que parcializadas e repetitivas e por participar do progresso técnico. Não deve, entretanto, compreender que seu trabalho se insere numa organização onde o beneficiário é o capital.

Crise da educação ? Ao menos num sentido, não. Ela está muito eficiente, está cumprindo muito bem sua função. Pela ideologia, a escola coopera com o modo de produção, qualificando/desqualificando pelo trabalho, escondendo o funcionamento desse modo de produção, mistificando as causas e conseqüências do desenvolvimento. Este seria individual, sem qualquer nexos com a organização de produção e engendra-

do de acordo com as potencialidades de cada indivíduo, a quem, segundo o discurso ideológico, são dadas ou criadas adequadas condições de desenvolvimento. Mediante uma psicologização da realidade social, a ideologia pedagógica procura cumprir, a seu modo, a função de dissimulação da realidade social e econômica. E as escolas produzem os efeitos de consagração dos modelos, de formação para a obediência, para a aceitação das normas, como convém ao capitalismo.

É preciso lembrar que a luta de classes também passa pela escola. A ideologia pedagógica produz também contestação. Isto fica para posteriores considerações.

LUTA PEDAGÓGICA E POLÍTICA

A ideologia dominante opera na e sobre a escola com as idéias, por exemplo, de dons, aptidões e desenvolvimento em termos individuais. Ela busca a participação dos alunos em valores universais e arquetípicos. Esses valores exemplares são traduzidos em signos, nas obras dos "grandes artistas", nas descobertas dos grandes cientistas — modelo de pessoas que sentem e pensam melhor do que os outros. A representação que a ideologia quer fazer passar é a de que situações e problemas são sempre e quase exclusivamente individuais, requerendo respostas e soluções também individuais.

O grande mal dessa ideologia está em denegar as desigualdades sociais. Isto faz com que a escola cumpra sua parte na manutenção e perpetuação do estado atual das coisas. É preciso, pois, compreender, de início, a dimensão ideológica predominante da escola, materializada em idéias, signos e práticas de acordo com os interesses políticos predominantes numa sociedade.

Mas, não basta compreender, trata-se sobretudo de transformar, como diz a tese marxiana. Na soma de tudo, trata-se de buscar outra sociedade. Essa modificação global exige o empenho também global, isto é, de todas as forças sociais. Não é somente a luta na escola que iria transformar o todo social. Porém, a escola não deve ficar de fora desse esforço conjunto — se é que ficar de fora seja possível. Seria ingenuidade atribuir só à escola a capacidade de modelar a sociedade. Mas, também, não seria dialético entendê-la como um feudo da ideologia dominante, imune às contaminações de outras ideologias divergentes, indene de contestações.

Qualquer transformação na sociedade global engendra uma transformação na escola. Qualquer transformação na escola (parte) engendra certa transformação na sociedade (todo). Para a escola colaborar com a transformação da sociedade, deve procurar, no mesmo movimento, a sua própria transformação. Não são duas ações diferentes,

nem do tipo causa-efeito. A luta na e pela escola é um aspecto da luta na e pela sociedade como um todo. Além de compreender, trata-se de procurar enfraquecer — eliminá-los não é de todo possível — os mecanismos ideológicos de privilégios de classe, por meio de uma prática diferente. Luta pedagógica e política, ao mesmo tempo.

De início, é preciso reconhecer que há esse embate e esse combate, embora desorganizadamente, no estado atual da escola. Esta não reproduz mecanicamente a ideologia dominante, mesmo porque esta ideologia, ainda que o queira, jamais consegue impor o seu domínio ao todo social, de modo homogêneo e unânime. Ela carrega as contradições internas (interiores à classe que a aloja) e suscita e afronta as contradições externas (contra-ideologias de outras classes). O combate à ideologia dominante, na escola, se materializa nas práticas de grandes, médios ou quase despercebidos movimentos, envolvendo categorias inteiras, parte delas ou indivíduos isolados, indo desde as manifestações de protesto, greves etc. até as cotidianas burlas às normas, pequenas insubmissões, questionamentos a práticas e conteúdos ...

A escola não está, portanto, de modo simples e mecânico a serviço da dominação. Certamente que sente o peso e a força dos interesses da classe dominante e contribui a seu modo para a manutenção e ampliação desses interesses, mas não é menos verdade que também acolhe todas as contradições da sociedade global, reproduzindo também essas contradições e contribuindo para a ampliação e fortalecimento de contra-ideologias. Pensar o contrário disso seria conceber a escola como uma comunidade harmoniosa e desacreditar seus agentes enquanto força política. No caso da classe operária (especialmente os alunos dela oriundos), negar sua cultura e assumir um etnocentrismo de classe. Seria crer que os socialmente desfavorecidos estão restritos a experiências concretas e imediatas, condenados perpetuamente à situação de explorados e ineptos a conhecimentos mais elaborados. Mais um passo e se chegaria a identificar a ciência exclusivamente com o conhecimento produzido pela classe dominante.

PELO CARÁTER CIENTÍFICO DO SABER

De muitas maneiras pode se dar a luta na escola. Uma delas, importante, se trava ou deve travar-se no campo do saber.

Não bastam novos procedimentos didáticos, novos modos de ensinar, só do ponto de vista técnico. A questão é prioritariamente política e social. A questão não é colocar o edifício do saber de cabeça para baixo, substituir, por inversão de pólos, uma ciência burguesa por uma ciência proletária, como se pudesse dar qualificativos de classe à ciência. A questão está em buscar um novo tipo de relação entre os que produzem

e detêm os meios de manipulação dos conhecimentos científicos e os que a estes desejam ter acesso.

Não é suficiente o número de escolas para atender à demanda social. Mas, embora imprescindível, não bastaria abrir escolas para todos. Existe uma desigualdade de condições sociais em face do patrimônio material e cultural. O povo tem uma cultura, mas esta não é socialmente reconhecida. Seu acesso à cultura consagrada é dificultada de muitos modos, a iniciar por condições de caráter econômico.

Estabelece-se a contradição. De um lado, os socialmente desfavorecidos necessitam do saber reconhecido como tal, como meio de ascensão social. Mas, o acesso à escola ou o sucesso das crianças do povo que têm oportunidade de nela ingressar são reprimidos, por questões econômicas, pela dicotomia cultural oficial-cultura popular, pela sonegação ou mistificação do saber na escola, muitas vezes substituído por conteúdos ideológicos distantes da vida, passados em linguagem estranha.

É clara a necessidade de uma luta não só pela ampliação da rede escolar visando o quanto possível a igualdade de oportunidades de acesso à escola, o que não se afasta da ação pela transformação da sociedade como um todo, mas também implica a necessidade de busca de formas e conteúdos de ensino mais cientificamente elaborados. É esperável que esse caráter científico do ensino leve a um melhor entendimento dos mecanismos ideológicos postos em prática com objetivos de dominação, engendre uma compreensão mais rica e verdadeira da realidade social e aumente a capacidade de ação pela transformação da sociedade.

É inegável e nada desprezível o avanço da ciência no capitalismo. Mas, é preciso reconhecer que essa ciência em boa parte obedece a uma lógica cujos principais determinantes são — em boa parte — o lucro e a dominação. É preciso ultrapassar a ilusão de que o capitalismo deseja, como quer fazer ver, partilhar com todos o conhecimento científico, sob o argumento de que necessita de farta mão de obra qualificada e que isso teria feito lógico o progresso técnico e social. Na verdade, o capitalismo necessita de alguma força de trabalho qualificada e de muita desqualificada. Então, na ótica do capitalismo, não é totalmente verdade que importa desenvolver a educação, isto é, propiciar uma formação mais ampla e profunda para o exercício profissional a uma mais larga parte da população. Pela sua ótica, é importante desenvolver a educação na justa medida do maior proveito. Daí que também precise frear a educação contendo gastos, confirmando as desigualdades sociais e a divisão do trabalho.

A classe que tem o domínio material e espiritual apodera-se do aspecto intelectual e social do trabalho e reserva a execução ao trabalhador. A execução aí não só não requer conhecimentos elaborados ou domínio de conceitos como até os torna indesejáveis, pois estes poderiam

augmentar o entendimento de todo o processo de produção, fazendo emergir à consciência as contradições.

Por isso, para o capitalismo, o conhecimento dispensado/ocultado na escola deve estar na exata medida dos interesses da classe que goza dos privilégios. Por essa mesma razão, é muitas vezes um conhecimento faccioso (no duplo sentido de fragmentado e tendencioso), mistificado e mistificador. Mistificado porque participante de uma instância venerável e acima da maioria da população: a Ciência. Mistificador por servir de instrumento de dominação e justificação das desigualdades.

É inegável o progresso do saber científico na sociedade moderna. Mas, é um saber concentrado, pouco incorporado na prática cotidiana da maioria do povo e quase inquestionadas suas bases teóricas. A ciência é proclamada como a legítima cultura — neutra, verdadeira e fonte autêntica de todo poder. Representação ilusória, até certo ponto. Não se trata de recusar o caráter objetivo da ciência. Mas, deve-se insistir no caráter social da atividade científica.

A ciência não se separa de seu modo de produção. A atividade científica no capitalismo é determinada por opções políticas, por interesses classistas. Isto não pode ser esquecido, ante a proclamação de que se deve desenvolver e ampliar o ensino da ciência, sob o argumento de que o conhecimento científico leva a uma melhor compreensão da realidade. Simplesmente incrementar o ensino da ciência sem modificar o seu atual modo de produção e o modo de sua transmissão na escola — um modo de produção determina um modo de transmissão — é incrementar o caráter de dominação atribuído à ciência.

Um proclamado conteúdo científico, indissociado de sua forma de transmissão e que seja a expressão dos interesses da classe dominante, é ideológico, na medida em que, através de uma linguagem codificada, oculta a realidade da divisão social. E esse código de signos só pode ser adquirido na escola ou instituições assemelhadas, onde têm acesso, em termos de maioria, os socialmente privilegiados. Os privilégios são confirmados, já que o saber está ligado ao poder hierárquico.

Os interesses da classe dominante são cobertos pela máscara da ciência. Esta consagra a dicotomia entre aqueles que estão aptos a conceber e gerir e aqueles que só podem executar. Este esquema econômico serve-se de um processo ideológico, em que o saber emerge como um sistema de signos, monopólio da escola e instituições semelhantes. Afastado do cotidiano do povo, a ciência se sacraliza e consagra os seus guardiães e tenta evitar as contestações, como se a ideologia pudesse ser homogênea e onipotente.

É sob essa forma conceptual — código particular — que a ciência é concebida, e divulgada. E, por não terem, em geral, domínio

desse código, as camadas inferiores interiorizam a idéia de que estão fora do saber e até mesmo de que não teriam capacidade para chegar ao domínio do saber. Assim é que a ideologia legitima o saber conceptual e desqualifica o saber prático, valida a representação de que a prática é mera tradução dos conceitos em atos e de que a concepção deve ser separada da execução.

A luta de classes passa, portanto, pelo domínio do saber. Enquanto que para a classe dominante prevalece a forma conceptual, a relação do homem do povo com o saber é predominantemente instrumental. O saber como instrumento de um fim prático, investido numa prática para resolver problemas determinados. Mesmo enquanto não se modifica o estatuto da produção do saber — e isto está integrado no modo de produção global — deve a escola procurar dispensar a todos o ensino dessa linguagem codificada. Marx via a necessidade de o proletário conhecer a educação burguesa, para melhor se contrapor a ela. É também nessa linha que dizia o escritor Lima Barreto, ainda no primeiro quarto do século: “é preciso que os pobres façam-se doutores para contrabalançar a influência nefasta dos burgueses felizes” (Bagatelas). Mas, não se trata simplesmente de competência no código. O mais importante é que a escola leve o aluno a compreender o funcionamento desse discurso e seu modo de produção. Em outras palavras, que o aluno venha a compreender que é social a atividade de produção, a transmissão e a utilização do saber. Esta a condição prévia para a utilização do saber como instrumento de luta de classes.

A compreensão do saber como instrumento a serviço de fins sociais remete a um questionamento dos conteúdos e das formas de sua transmissão. Ela proscreve a passividade diante da mera exposição de saberes apresentados como se devessem ser inquestionáveis e que se resolvem quase só no interior do próprio sistema teórico. A preocupação pela ultrapassagem dos interesses classistas no ensino comporta a positiva utopia de uma compreensão mais ampliada do sentido do conteúdo numa prática social, do sentido dessa prática sobre o mundo, da relação do conteúdo com os problemas que ele possibilita resolver. Uma ação pedagógica declaradamente política.

Sugeri algumas das linhas gerais para a transformação da escola — o que se liga com uma certa transformação da sociedade. Nem tentei aprofundar a questão de quais seriam os mais adequados conteúdos e formas de ensino. Não só porque a questão é muito complexa, mas também porque considero que as respostas não devem ser buscadas isoladamente, nem mesmo só pelos professores. A questão se coloca à socieda-

de e todos os seus membros devem se sentir concernidos a pensar sobre ela, a começar por coletivos de professores, alunos e pais, passando a envolver empresas, forças políticas etc.,

NOTA:

(1) Cf. Bernard Charlot. **A Mistificação Pedagógica**. Zahar Editores, Rio, 1979, p. 32.